

A ENTREVISTA NA PESQUISA CARTOGRÁFICA: A EXPERIÊNCIA DO DIZER

Silvia Helena Tedesco^I★ *Christian Sade*^{II}★★ *Luciana Vieira Caliman*^{III}★★★

^I Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ - Brasil

^{II} Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, RJ, Brasil

^{III} Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES - Brasil

RESUMO

O artigo visa discutir a aplicação da entrevista, seja individual ou coletiva, em pesquisa, segundo a perspectiva do método cartográfico. Não indica um modelo específico de “entrevista cartográfica”, mas um ethos cartográfico como orientação geral dos procedimentos ligados à sua construção. Apoiado nos estudos da pragmática, afirma a importância da montagem da entrevista como experiência compartilhada, entre entrevistador e entrevistado (s), estabelecida no domínio da linguagem. A questão do manejo é examinada, tendo em vista o caráter de intervenção recíproca entre signos e mundo. A partir de alguns exemplos empíricos, procedimentos e propostas são apresentadas na direção da abertura da experiência, ali em jogo, aos processos de criação de si e de mundos.

Palavras-chave: metodologia; entrevista; método da cartografia.

THE INTERVIEW IN THE CARTOGRAPHY RESEARCH: THE EXPERIENCE OF SAYING

ABSTRACTS

This article aims to discuss the application of the interview, whatever individual or collective, according to the cartographic method. It does not indicate a specific pattern of cartographic, but a cartographic ethos as general guidance of the procedures connected with its construction. Based on the studies of the

★ Psicóloga. Possui doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-doutorado em Análise Institucional pela Université de Paris 8, Vincennes-Saint Denis, França. É atualmente professora titular do Programa de Pós-graduação em psicologia da Universidade Federal Fluminense. Endereço: Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia-GSI, Campus Gragoatá, Bloco O - 2 andar - São Domingos, Niterói, RJ – Brasil. CEP: 24210350.

E-mail: stedesco@novanet.com.br

★★ Psicólogo. Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, atualmente é professor do curso de Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) e atua em projeto de pesquisa do departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

E-mail: christiansadevas@yahoo.com.br

★★★ Psicóloga. Possui doutorado e mestrado em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pós-doutorado em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professora de psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional do Departamento de Psicologia da UFES - PPGPSI.

E-mail: calimanluciana@gmail.com

pragmatic, it states the importance of the structure of the interview as a shared experience between interviewer and interviewee(s) established in the field of the language. The subject of the handling is analyzed, bearing in mind the character of reciprocal intervention between signs and the world. From some empirical examples, procedures and proposals are presented in direction of opening the remarked experience to the processes of self-creation and the creation of worlds.

Keywords: methodology; interview; method of cartography.

As questões são fabricadas como outra coisa qualquer. Se não deixam que você fabrique suas questões, com elementos vindos de toda parte, de qualquer lugar, se as colocam a você, não tem muito o que dizer [...] o objetivo não é responder a questões, é sair delas [...] uma entrevista poderia ser simplesmente o traçado de um dever (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 09-10).

Duas questões se impõem quando estamos imersos na prática da pesquisa: o que buscamos com a pesquisa e como alcançá-lo? Nosso propósito neste texto será desenvolver pistas sobre encaminhamentos da cartografia para essas duas questões, analisando, em especial, procedimentos da entrevista que a permitam exercer uma função cartográfica. Para tal, sem desconsiderar o atravessamento recíproco entre todas as pistas enunciadas sobre o método da cartografia (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009), partiremos de três pistas: cartografar é acompanhar processos (POZZANA; KASTRUP, 2009); a cartografia como método de pesquisa-intervenção (PASSOS; BENEVIDES DE BARROS, 2009); e o coletivo de forças como plano de experiência cartográfica (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2009). A articulação dessas pistas nos ajudará a pensar qual é o alvo da entrevista e como atingi-lo, atendendo o objetivo principal da cartografia de pesquisar a experiência, entendida como o plano no qual os processos a serem investigados efetivamente se realizam.

Presente na primeira dessas três pistas está a afirmação de que a realidade a ser investigada é composta de processos e não só de objetos (coisas e estados de coisas) delimitados por contornos precisos e atemporais. Tentaremos mostrar que a entrevista acompanha o movimento e, mais especificamente, os instantes de ruptura, os momentos de mudança presentes nas falas. Passamos aqui para a segunda pista citada na qual é sublinhado o caráter de intervenção da cartografia. No caso da entrevista, como procedimento cartográfico, comentaremos como ela pode ser capaz não só de acompanhar processos como também, por meio de seu caráter performativo, neles intervir, provocando mudanças, catalisando instantes de passagem, esses acontecimentos disruptivos que nos interessam conhecer. E, tomando a direção da terceira pista escolhida, segundo a qual os processos e suas transformações consistem em forças cuja condição de possibilidade e efeitos surgem do plano coletivo, indicaremos ser a experiência, presente nesse plano de coengendramento entre pesquisador e campo problemático, o principal objetivo da entrevista. Sem eliminar outros dispositivos, proporemos a entrevista como ferramenta eficaz na construção e acesso ao plano compartilhado da experiência.

Vale sublinhar que não indicamos um modelo de “entrevista cartográfica”. Isto por dois motivos. Em primeiro lugar, falamos de entrevista na cartografia, pois a eficácia da entrevista na pesquisa dos processos está estreitamente ligada ao “*ethos* cartográfico” que seria praticado, não apenas na entrevista, mas em toda a pesquisa, desde a construção inicial do campo problemático à narrativa utilizada no relatório final. No entanto, cabe comentar alguns procedimentos pelos quais esse *ethos* comparece especificamente na entrevista. Como veremos, não existe entrevista cartográfica, mas manejo cartográfico da entrevista. Em segundo lugar, não falamos de uma técnica fechada, de um método soberano, mas de um *ethos*, a partir do qual escolhas têm lugar face às características de cada situação. Ou seja, o método é pensado na inversão do seu sentido etimológico. Ao rachar a palavra método ou *metá-hódos*, percebemos que *hódos* (caminho) vem depois e inteiramente condicionado pela *metá* que o antecipa e o predetermina. Porém, pensemos no método como *hódos-metá* “como uma aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p. 10). Ao mesmo tempo, lembremo-nos dos procedimentos metodológicos presentes em nossas práticas (TEDESCO, 2008). Nestes também falamos de métodos, de estratégias preferenciais. E ali também tomamos o cuidado de sublinhar, nessas posturas reiteradas, seu caráter facultativo e provisório. No caso do método e dos procedimentos, trata-se bem mais do compartilhamento de certa direção, de sugestões sobre modos de agir dirigidos à instalação de graus de abertura à indeterminação (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 217) e que, na nossa proposição, funciona como um conjunto aberto de pistas que servem para sugerir encaminhamentos, mas também para serem equivocadas, expostas como matéria intensiva, como fragmentos reutilizáveis nos ritornos de criação. O cartógrafo não varia de método, mas faz o método variar.

O QUE BUSCAMOS COM A ENTREVISTA NA CARTOGRAFIA?

Como dissemos, a entrevista não visa objetos fixos, ou seja, não coleta informação relativa a referentes ligados a mundos pré-existentes. Não buscamos o conteúdo da experiência (seja ela anterior ou subjacente ao momento da entrevista), entendido como um conjunto de dados que a palavra traduziria na organização transparente do relato. A entrevista não se dirige exclusivamente à representação que os entrevistados fazem de objetos ou estados de coisa, os conteúdos das experiências de cada um, frequentemente privilegiados nas pesquisas em geral.

Diferentemente, a pesquisa cartográfica visa o acompanhamento de processos e, se a entrevista na cartografia inclui trocas de informação ou acesso à experiência vivida, é importante ressaltar que esta não é sua única direção. A cartografia requer que a escuta e o olhar se ampliem, sigam para além do puro conteúdo da experiência vivida, do vivido da experiência relatado na entrevista, e incluam seu aspecto genético, a dimensão processual da experiência, apreendida em suas variações. Alinhada à abordagem enativa, a cartografia, sem eliminar os conteúdos informacionais, inclui a gênese desses conteúdos estabelecida na experiência compartilhada que responde pela coemergência de si e de mundo (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 2003).

Nesse sentido, a entrevista na cartografia considera a inseparabilidade dos dois planos da experiência: a experiência de vida ou o vivido da experiência e a experiência pré-refletida ou ontológica (EIRADO et al., 2010). O primeiro plano refere-se ao que usualmente chamamos “experiências de vida”, que advêm da reflexão do sujeito sobre as suas vivências e inclui seus relatos sobre histórias de vida, ou seja, o narrado de suas emoções, motivações e tudo aquilo que o sujeito pode representar como conteúdo vivido. Já a experiência pré-refletida ou ontológica refere-se à processualidade, ao plano da coemergência, plano comum, coletivo de forças, do qual advêm todos os conteúdos representacionais. Esses dois planos não são excludentes, funcionam em reciprocidade. Caso a entrevista vise explorar exclusivamente as opiniões, crenças, atitudes e valores dos entrevistados, ela focalizará restritamente as representações vividas, considerando apenas um dos aspectos da experiência, a dimensão de conteúdo, que isolada do seu plano genético, aparecerá como um dado representando estados de coisas.

Uma vez que a entrevista acontece como diálogo, é importante que possamos entender como, por meio da linguagem, podemos acompanhar a experiência tendo em conta as suas duas dimensões expostas acima. Retomemos, portanto, a distinção tradicional do pensamento da representação, operada sobre a linguagem, entre expressão e conteúdo, e depois as modulações propostas pela abordagem pragmática. Não se tratará de fazer corresponder cada um desses quatro planos (experiência de vida e experiência pré-refletida; conteúdo e expressão), dois a dois, numa sobreposição ou equivalência entre os planos da experiência e da linguagem, mas esclarecer como a perspectiva pragmática da linguagem nos permite afirmar a entrevista como procedimento privilegiado de acesso imediato à experiência em toda sua extensão.

Segundo a perspectiva representacional, o plano da expressão corresponde ao domínio da linguagem propriamente e envolve os signos linguísticos e a sintaxe que os relacionam entre si. O plano dos conteúdos comporta a realidade exterior à linguagem, aquilo sobre qual se fala, incluída aí, a experiência. O signos funcionam como classes gerais que, ao subsumirem o contínuo empírico, operam recortes e assim fornecem fronteiras claras entre as ocorrências factuais, até então indissociáveis. Já a sintaxe ostenta em si a ordem lógica isomórfica à ordem que de direito pertence à natureza, organizando o processo representacional. Cabe aos signos recortar fronteiras claras, delimitando as coisas e estados de coisa no contínuo empírico, presente ao plano dos conteúdos, e à sintaxe organizá-los entre si, conectá-los ordenadamente. Teríamos, portanto, dois planos separados em seu funcionamento e que apenas se encontrariam numa relação de determinação organizadora. Ora, percebe-se que a função organizadora da linguagem apenas se realiza caso seja eliminada a sensibilidade do plano da expressão, propriamente linguístico, às ocorrências no mundo. A linguagem representacional precisa ser refratária às inconstâncias dos fatos sob o risco de estas carregarem para o interior da linguagem a irregularidade do mundo. A função representacional dos signos exige a eliminação das variações de expressão, as modulações presentes ao dizer, que passam a ser consideradas aspectos extralinguísticos, tal como qualquer outro aspecto da realidade exterior. Como

impurezas ou ruídos, as alterações nos modos de dizer são desconsideradas por comprometerem a correspondência fiel da linguagem com a ordem do mundo (RECANATI, 1979). Justifica-se, então, a afirmação da dicotomia entre expressão e conteúdo, pressuposto da representação, presente nas modalidades de entrevista que buscam extrair informações claras e organizadas, independente da narrativa que as engendrou. Estão incluídas neste modelo todas as entrevistas que buscam, por exemplo, através de um processo de inquirição, provas que fundamentam ou comprovam um determinado fato ou acontecimento ocorrido. Por exemplo, na psicologia jurídica, o procedimento “Depoimento sem Dano”, voltado para a inquirição de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, visa eliminar ao máximo as condições que possam interferir na produção de um relato fidedigno do fato investigado (ROVINSKI; STEINS, 2009, p. 72).

Seguindo outra direção, a entrevista na cartografia não visa exclusivamente a informação, isto é, o conteúdo do dito, e sim o acesso à experiência em suas duas dimensões, de forma e de forças, de modo que a fala seja acompanhada como emergência na/da experiência e não como representação. Esta iniciativa se torna possível se lançamos mão da perspectiva pragmática da linguagem que mantém a distinção, mas sublinha a inseparabilidade, entre expressão e conteúdo (AUSTIN, 1990; DUCROT, 1987). Pois é no trânsito entre esses dois planos que a dimensão genética da linguagem entra em cena.

O trânsito entre as duas dimensões envolvidas no processo (expressão e conteúdo) implica considerarmos a dimensão de forças (ou genética) da linguagem, um plano coletivo de engendramento presente em ambos os planos. É no entre, presente nas margens dos planos de expressão e de conteúdo, que o contato e intervenção recíproca se efetivam (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Ou seja, nas margens desfocadas, dispostas ao lado das formas de expressão e das formas de conteúdo, circula a dimensão genética da linguagem, dimensão movente, de constituição, que os põe os dois planos em relação de composição recíproca, e, a partir do qual, coemergem o dizer e o dito.

Ao considerarmos esse processo de coemergência, garantimos para a linguagem dois efeitos que nos interessam fortemente na entrevista: primeiro, a ingerência dos fatos empíricos sobre os signos, isto é, efeitos da realidade ou do plano dos conteúdos sobre o plano da expressão e, segundo, a intervenção dos signos sobre os fatos do mundo, a força pragmática da linguagem. No primeiro, vemos a inserção do empírico, incluída aí a experiência, sobre os signos. Ingerência que complexifica as enunciações que, não mais consideradas tradutoras neutras da ordem do mundo, podem ostentar em si os efeitos das variações empíricas. Com isso, as irregularidades do dizer - a entonação: variações de altura, velocidade, silêncios, repetições - nada mais são do que efeitos diretos do plano dos conteúdos, ou seja, indicadores da presença da experiência na fala. O signo como forma pura, organizadora do mundo, desaparece em nome de signos sensíveis aos acontecimentos. As variações do dizer presentes no ritmo, entonação, tropeços carregam as intensidades da experiência. Os signos exalam os afetos ligados à vida, que agora circulam juntos, modulando o dizer, produzindo a vivacidade da linguagem. O que queremos dizer é que separada da vida, das irregularidades

presentes na dimensão intensiva, marginais à expressão, a linguagem resta morta, destacada dos acontecimentos que nos interessam. As variações do dizer passam a valer na entrevista como indicadores do contato imediato com as modulações da experiência, correspondentes ao seu domínio ontológico, plano das forças provocador de desestabilização, de rupturas, desvios. É próprio à linguagem portar o acontecimento (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

A circularidade intensiva entre os planos comporta, como dissemos, um segundo efeito, a atuação da dimensão da expressão sobre os conteúdos, fazendo com que os signos ganhem potência pragmática. A expressão estende-se sobre os conteúdos e permite que os signos, misturados aos objetos, toquem as coisas, ajam sobre os eventos do mundo. A palavra é uma prática, ato de fala e, como tal, possui dimensão performativa de produção, de transformação da realidade (AUSTIN, 1990; DELEUZE; GUATTARI, 1995). Ou melhor, o caráter pragmático não se confunde com as palavras, mas constrói-se nos jogos de forças presentes nas suas margens, como seu pressuposto implícito (DUCROT, 1984). Por seu viés performativo, a palavra atua na experiência, pode instaurá-la, modulá-la. A entrevista intervém na experiência do dizer. São os efeitos dessa experiência compartilhada, produzida e ostentada na prática languageira da conversa em curso na entrevista, que a cartografia elege como seu objeto. Este segundo aspecto alude diretamente ao manejo da entrevista. À frente voltaremos mais detidamente a este aspecto.

A reciprocidade entre expressão e conteúdo na entrevista gera pistas sobre como operar para alcançar o alvo da pesquisa cartográfica, seja em situações de entrevista individual ou grupal. Proporemos, então, três diretrizes para lidar com a pergunta “como entrevistar?”: 1. a entrevista visa não a fala “sobre” a experiência e sim a experiência “na” fala; 2. a entrevista intervém na abertura à experiência do processo do dizer; 3. a entrevista busca a pluralidade de vozes. Passaremos a discutir as escolhas a serem feitas diante de tais diretrizes voltadas à construção/ acesso à experiência na entrevista.

1 – A ENTREVISTA VISA NÃO A FALA SOBRE A EXPERIÊNCIA E SIM A EXPERIÊNCIA NA FALA

Na entrevista, a fala do entrevistado muitas vezes descreve sua vivência numa perspectiva distanciada e desencarnada. Este distanciamento resulta de práticas e formas de vida pautadas na representação, produtoras da separação entre modos de dizer e o dito (expressão e conteúdo). Nesses casos, a entrevista visa intervir, por meio do manejo, para fazer com que os dizeres possam emergir encarnados, carregados da intensidade dos conteúdos, dos eventos, dos afetos ali circulantes. A fala deve portar os afetos próprios à experiência.

Ao conceber as relações de determinação mútua entre expressão e conteúdo, priorizamos a experiência produzida na própria fala que se manifesta em enunciações constituídas não apenas por componentes linguísticos da frase – léxico e sintaxe –, mas também e, principalmente, por componentes extralinguísticos como variações de entonação, de ritmo e de velocidade somados a componentes como expressões faciais e corporais (GOBART, 1976; DEPRETO,

1997). A escuta na entrevista deve acolher os múltiplos fatores determinantes do sentido presente na experiência do dizer em curso. Esses fatores, indicadores do comparecimento da dimensão do conteúdo, servem ao entrevistador como garantia de que o acesso imediato à experiência está se efetivando.

Isso nos autoriza a dizer que não está em jogo, na narrativa do entrevistado, a re-apresentação em palavras de ocorrências que são externas à entrevista. Não há uma experiência em si, externa ao dizer, e que seria então relatada pela dimensão neutra dos signos. Abandona-se aqui a referência ao modelo representacional em que a linguagem atua como instrumento mediador, quase-transparente, entre a experiência do entrevistado e sua fala. Ao contrário, como vimos, a linguagem, estabelecida na reciprocidade entre expressão e conteúdo, sofre a ação dos fatos e age sobre eles, ostenta em si a própria realidade e, portanto, pode produzir-se como experiência. A entrevista não funciona como procedimento que media o acesso à experiência, ela se efetiva como tal. No lugar de descrever a experiência, de evocá-la como um referente externo, a entrevista a porta em si mesma. O que nos permite dizer que a experiência ali em curso fala na entrevista (TEDESCO, 2007).

Vermersch (2000) fornece alguns indicadores da presença da experiência na fala.¹ Em certos casos, nos diz o pesquisador, o deslizamento do olhar do entrevistado pode indicar uma mudança de direção da atenção do mundo exterior rumo ao próprio processo da experiência. Do mesmo modo, a diminuição do ritmo das palavras e ainda falas entrecortadas de pausas e silêncios também são indicativos da abertura à construção da experiência em curso, uma vez que aquilo que está para ser dito não está predeterminado. Vermersch utiliza o termo palavra encarnada para se referir a essa fala que porta a experiência, uma linguagem viva, como apontamos acima. Diferentemente, a fala se fecha à experiência quando, por exemplo, o sujeito exprime a convicção sobre um ponto de vista, focando os dados informacionais em detrimento do processo ali em jogo. Da mesma forma, operam os discursos que demonstram preocupação intensa em responder corretamente ao entrevistador. Por sua fixação em certo ponto de vista, por sua focalização em conteúdos factuais, exemplificam situações de menor abertura à dimensão processual da experiência. Mas não é só a fala do entrevistado que pode estar a serviço da transmissão de informação. A escuta do entrevistador, por exemplo, se desconsidera os indícios do plano da expressão, também se transforma em veículo para detecção de conteúdos determinados.

Vejamos o exemplo de uma pesquisa (EIRADO et al, 2010) na qual se investigou o fenômeno das falsas lembranças, tal como definido por Loftus e Hoffman (1989) e Schacter (2003). A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira, os participantes realizavam um protocolo experimental² e, uma semana depois, retornavam para uma entrevista acerca da experiência do protocolo. A entrevista não estava interessada na adequação das respostas dos participantes ao protocolo anteriormente aplicado e sim na experiência do lembrar. Para tanto, teve como base a técnica da entrevista de explicitação (RENAULT; PASSOS; EIRADO, no prelo).

Era comum a entrevista ser vivida como situação de teste, o que gerava falas em que o participante demonstrava preocupação em justificar a (suposta) inadequação de sua lembrança. “E como foi essa sequência, essas figuras, esse passo a passo?” (entrevistador), “era encontro de amigos né! Eee... eu não me lembro direito da história” (essa última frase é dita de forma rápida e em tom firme pelo entrevistado). Outras vezes, falas do tipo “não consigo me lembrar!” eram ditas num tom de voz cadente, indicando desistência ou frustração, como, por exemplo, na seguinte fala de um dos entrevistados,

Aí quando veio perguntando qual era a cor do sofá, aí não vinha na minha mente, tinha uma lá que eu tinha certeza né! A do CD, que eu tinha visto dois, eee a das horas que eu me lembro de confirmar eu botei nove, que eu tinha certeza que era... que era nove, agora (riso travado, “sem graça”) aquele três me deixou frustrado (baixando a voz, num tom abatido).

A frustração aparecia na própria fala do entrevistado, não era um conteúdo independente da experiência da entrevista. Na sequência, com o manejo do entrevistador, percebemos certa modulação no *setting*, fazendo surgir um tom mais descontraído na fala do entrevistado, indicando uma maior abertura à experiência da entrevista. “Só não sei se foi durante a refeição ou após” (entrevistado), “Mas tinha copos?” (entrevistador), “tinha copos! só se a minha memória estiver falhando” (o entrevistado diz, rindo descontraído). Nesse momento, a fala sobre a memória não porta o sentido de desculpa ou frustração. “Só lembro que tinha um pouquinho de comida em cada prato lá... aí eu tava falando ‘ai meus Deus será que eles não vão comer tudo não?’ (risos) ... aí eu gostei do ... dessas imagens” (entrevistado), “você gostou?” (entrevistador), “eu gostei, porque eu nunca tinha visto nada assim parecido né!” (entrevistado).

Falas contagiadas de surpresa, desconcerto ou espanto indicam momentos em que a experiência se apresenta mais intensamente. “Nunca tinha visto nada parecido né!” não é um enunciado sobre um conteúdo isolado, mas carrega o afeto, porta a processualidade da entrevista, que naquele momento é marcada pela perplexidade diante da abertura à dimensão da experiência anterior à determinação de si e do mundo.

A escuta dos signos da experiência permite ao entrevistador acompanhar a temporalidade da entrevista. Se o entrevistador prescinde das modulações da fala, ele extrai o dito do plano da experiência, que lhe constitui efetivamente e que lhe caracteriza de forma singular, apreendendo o enunciado como referente, como um sentido pré-estabelecido. Essa separação ou binarização entre os planos do conteúdo e da expressão é que nos coloca à escuta somente de informações. Por exemplo, em uma entrevista sobre situações de violência, a fala do entrevistado pode vir cheia de indicadores da variação da experiência em curso, mas pode acontecer de o entrevistador não estar atento a estes e focar apenas o dado informacional: ele ficou triste, ele adoeceu, ficou revoltado, etc., semelhantemente ao que apareceria num questionário. Se o entrevistador escuta “não sei”, “não lembro”, como um dado informacional, perde a experiência na qual essa fala emerge.

Extraem-se informações no formato de relato ao prescindir dos modos de dizer, ou seja, dos ruídos, das imprecisões, que caracterizam a variação do dizer. Do mesmo modo, os índices de expressão perderão sua qualidade intensiva caso sejam coletados através de protocolos fixos que os generalizam e assim os apartam da experiência em curso na entrevista, transformando-os em dados informacionais. Importa atentar para a experiência da entrevista presente nas modulações do relato: qual é o afeto que provoca a variação da fala? E, ainda, dependendo do contexto, averiguar: o que está sendo dito quando o sujeito não está falando?

Como foi dito, tomar a linguagem como prática traz consequências relevantes para o manejo da entrevista e, desse modo, aludimos à segunda diretriz. Por meio do aspecto pragmático da linguagem, o diálogo na entrevista assume seu aspecto intrínseco de intervenção, respondendo pelo acesso/construção da experiência. É preciso assumir que a fala do entrevistador não elicia um relato preexistente, ela atua, produz, modula o processo do dizer do entrevistado. Nesse sentido, dizemos que a entrevista não é um procedimento para coleta de dados, mas sim para a “colheita” de relatos que ela mesma cultiva. Portanto, o diálogo precisa ser modulado, manejado atentamente. Para a pesquisa cartográfica, esse caráter de intervenção da entrevista requer do pesquisador/entrevistador a atitude de cuidado. Eis um aspecto importante para a cartografia. Devido ao caráter pragmático da linguagem, toda entrevista é produtora de realidades, de experiências, conseqüentemente, é preciso estar atento aos modos de proceder na construção da experiência ao longo da entrevista, a fim de promover sua abertura às variações, às multiplicidades para impedir seu fechamento em perspectivas totalizantes. Isso aproxima a entrevista na cartografia bem mais do diálogo na clínica, do que das perguntas de um repórter ou jornalista que busca informação, por exemplo. O desafio a ser continuamente trabalhado é o redirecionamento ininterrupto das falas para que a vivacidade da linguagem seja privilegiada, alimentada, garantida por perguntas e comentários que estimulem a plena circularidade das forças entre os dois planos da linguagem. Apenas seguindo na direção da ativação do plano genético das forças, é possível à entrevista desviar-se de funcionamentos que conduzam à obtenção exclusiva de informações, que fechem o espectro da experiência, e que, no limite, reduzam as múltiplas direções possíveis à simples busca de respostas precisas. A efetividade da entrevista na pesquisa cartográfica está em utilizar-se da performatividade da linguagem para a construção de experiências no/do dizer mais suscetíveis às variações e à indeterminação.

Veremos a seguir que o manejo da entrevista, ao seguir o *ethos* da cartografia, privilegia a experiência construída nas falas, isto é, prioriza a experiência da entrevista em detrimento da entrevista sobre uma experiência. Uma vez esclarecido que não existe um modelo fixo de entrevista cartográfica, mas manejo cartográfico da entrevista, apoiado na performatividade da linguagem, somos então levados a enunciar a segunda diretriz.

2 – A ENTREVISTA INTERVÉM NA ABERTURA À EXPERIÊNCIA DO PROCESSO DO DIZER

Tendo em conta a performatividade da entrevista como prática que interfere diretamente sobre a realidade, precisamos estar atentos aos efeitos das intervenções do entrevistador sobre a experiência do dizer em curso. Algumas falas podem contribuir para a abertura e diferenciação das questões, outras, para o seu fechamento. Se certos modos de perguntar, assim como certas modalidades de escuta, trabalham as variações expressivas nas suas articulações com os conteúdos, orientando a realidade da experiência em direção a uma maior abertura, outros, no entanto, seguem a tendência à coleta de informação, bastante forte na pesquisa, de modo que, nesse caso, o risco frequente é reduzir ou eliminar as variações na/da fala. Em situações extremas, podemos mesmo encontrar entrevistadores que chegam a se incomodar com as variações expressivas e perguntam de modo cortante: “afinal, você concorda ou não?”. Dessa maneira, reduz-se num mesmo golpe as variações expressivas, os volteios da fala, a amplitude da experiência. O manejo pode contribuir para que a fala surja o mais próximo de um sentido convergente e delimitado, ou promover a abertura, experiência de indecidibilidade, contribuindo para movimentar as questões.

Isso ocorre porque, segundo os estudos da linguagem, as falas, as questões, portam pressupostos implícitos que enquadram a conversação (DUCROT, 1987; DELEUZE; GUATTARI, 1995). Por exemplo, toda pergunta tem por pressuposto gerar obrigatoriamente uma resposta, seja ela afirmativa ou negativa, correta ou incorreta. Toda ordem, por sua vez, pressupõe sua obediência ou desobediência (DUCROT, 1984). Nessa direção, uma pergunta feita no contexto de uma entrevista frequentemente possui o pressuposto de que há uma resposta correta a ser dada. Os pressupostos implícitos são forças que atravessam todo o plano do dizer, estendem-se também a todo plano de organização da realidade na qual vivemos. Eles são determinados não apenas pela fala do entrevistador, mas também por outros fatores, tais como: entrevistas das quais o sujeito tenha participado, saberes politicamente estabilizados etc. Os pressupostos implícitos produzem, nas palavras, sentidos fortemente fixados, instaurando efeitos performativos de mando. São as palavras de ordem que nos dizem no que acreditar, esperar ou reagir (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Elas operam por redundância, achatando ou reduzindo os diferentes sentidos que atravessam a experiência, em prol de um sentido unificador. Delimitada pelos pressupostos implícitos, a fala surge como unívoca e necessária, não dando margem para outras possibilidades de sentido.

É tecendo resistências a esse discurso unificador que importa menos responder a questões do que sair delas (DELEUZE; PARNET, 1998). Quando interrogamos alguém acerca de uma ação realizada, é comum a pessoa expressar comentários, opiniões, julgamentos sobre a ação (VERMERSCH, 2000; PETIT-MENGIN, 2006). Ou seja, tais conteúdos são os que chegam à mente de forma mais automática e imediata. Nesse caso, é preciso que a condução da entrevista sirva ao encaminhamento do entrevistado para longe das palavras de ordem, o que pressupõe um manejo menos diretivo. Vermersch (2000, p. 47), por exemplo, recomenda que evitemos perguntas do tipo “por que?”, “o que isso te faz

pensar?”, que reforçam a tendência a formar um “meta-discurso” sobre a experiência. Por outro lado, percebemos que é preciso privilegiar perguntas do tipo “como?” e “e então?”, que comportam maior grau de indeterminação e convidam o entrevistado a vagar mais amplamente pela experiência.

Outro recurso para o manejo da entrevista em direção à experiência pode ser a “reformulação em eco” (PETITMENGIN, 2006, p. 240). Se o entrevistado começa a tecer comentários, avaliações sobre fatos ou a expor apenas raciocínios, o entrevistador pode retomar a fala anterior mais afeita à experiência, dizendo – “se eu compreendi bem, você disse que naquele momento você se deu conta que [...]”. Para acompanhar e checar a reformulação feita pelo entrevistador, o sujeito precisará retomar sua experiência. Tais exemplos de relance produzem aumento nos graus de abertura, deslocando o entrevistado de um ponto de vista fechado. Eles não dirigem a nenhum conteúdo específico: guiam sem dirigir.

Como o guia de cegos, que conduz em uma direção que é construída com o próprio cego durante a experiência de caminhar, os relances convidam o entrevistado a mergulhar na experiência ali em curso sem submetê-la a um saber prévio, um juízo. A linguagem empregada nas intervenções do entrevistador seria a mais vazia de conteúdo determinado possível, mas carregada de sentidos, de modo que o entrevistado se sinta convidado a seguir o fluxo de sentidos possíveis provocado pelo relance, abrindo-se para a experiência em curso.

O uso de perguntas que comportam um não saber contribui fortemente para esse mergulho, assim como falas que interrogam o que possui ares de evidência. Outras propostas de entrevista indicam as vantagens da condução menos diretiva para que o entrevistado possa se exprimir mais livremente, com sua própria linguagem, trazendo pontos que ele julga relevantes (BRITTEN, 2009; FONTANELLA; CAMPOS; TURATO, 2006; FRASER; GONDIM, 2004; GASKELL, 2005). Em vez de usar um questionário como orientação, por exemplo, perguntando “Seu tratamento é excelente, bom ou ruim”, pode-se formular uma questão mais aberta: “Como você considera o seu tratamento?” ou “O que você pensa sobre o seu tratamento?”. As perguntas funcionam mais como um convite ao entrevistado para falar longamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir.

A condução flexível e aberta interessa à cartografia, contudo, pode não ser suficiente. Depende de que modalidade de abertura estamos considerando. De acordo com a bibliografia consultada (BRITTEN, 2009; FONTANELLA; CAMPOS; TURATO, 2006; FRASER; GONDIM, 2004; GASKELL, 2005), a menor diretividade muitas vezes é utilizada para atingir um saber determinado, mas que estaria, até então, inacessível. Nessas ocasiões, quando o entrevistador intervém, estimulando o entrevistado a falar com suas próprias palavras, o seu objetivo é ajudá-lo a expor melhor, mais detalhadamente, um saber implícito. Para a cartografia, não basta que a entrevista seja aberta a elementos novos e desconhecidos pelo pesquisador ou a conhecimentos tácitos pelo entrevistado, que, então, precisariam ser explicitados.³ Não interessa à cartografia que a intervenção na entrevista dê passagem a um saber pré-estabelecido, e sim que promova a abertura ao plano coletivo de forças, à sua indeterminação e potência de criação. A não

diretividade é insuficiente se a abertura proposta restringir-se exclusivamente à dimensão de conteúdo do dizer, se for entendida como uma coleta ampliada de informações. A não diretividade da entrevista na cartografia se define pela abertura à experiência que acontece na inseparabilidade entre expressão e conteúdo, mais precisamente, ao plano genético que os põe em contato.

Na cartografia, a escuta acompanha a processualidade do relato, a experiência em cuja base não há um eu, mas, sobretudo, linhas intensivas, fragmentos de sensações, sempre em vias de constituir novas formações subjetivas. Nesse sentido, a entrevista se aproxima de uma conversa. Usando a distinção sugerida por Deleuze e Parnet (1998) entre conversa e conversação, diríamos que a entrevista funciona, não como uma conversação entre sujeitos pré-estabelecidos, mas como uma conversa, que procede por interseções, cruzamentos de linhas, agenciamentos coletivos de enunciação. Um som qualquer ouvido durante a entrevista ou uma fala aparentemente sem sentido podem disparar processos imprevistos. Questões aparentemente desconectadas com a conversa podem traçar linhas de vizinhança ou de indiscernibilidade. Uma conversa não é condicionada por especificidades, ela se faz nos encontros (DELEUZE; PARNET, 1998).

No início de uma entrevista, por exemplo, é comum usar o procedimento questão-resposta, até para deslanchar a conversa. Acolhemos o que entrevistado traz, deixamo-lo falar, interrogamos e ele responde, até que surja o momento propício para intervenções, desvios. O importante é acompanhar as linhas, os mapas de intensidade, sempre à espreita, como um surfista que fica na água muito tempo à espreita da onda e, quando ela vem, ele “chega entre”, se insere nas linhas de movimento (DELEUZE, 1992). A entrevista começa (acontece) de fato pelo meio. Dessa forma, ela opera em regime de contratação, isto é, o acordo entre entrevistador e entrevistado para a realização da entrevista deve ser continuamente renovado. Acolhemos as opiniões, as palavras de ordem, que aparecem ao longo da entrevista, mas sem ficarmos fixados nelas, à espreita, aproveitando os instantes de maior expressividade nos quais os modos de dizer ostentam em si as variações, as rupturas de sentido, em continuidade com o plano genético da experiência. Dessa forma, a entrevista segue linhas rizomáticas, mais do que linhas arborescentes, binarizantes. A entrevista busca proliferar a questão mais do que obter informação (DELEUZE; PARNET, 1998). É importante embarcar na conversa, tomando para si o assunto, deixando-se afetar por tudo o que ali está ocorrendo (fluxos de falas, ideias etc.) percorrendo com o entrevistado as diferentes linhas que estão sendo traçadas. O manejo se efetiva como guia ao se inserir no movimento das linhas presentes nas falas. Frequentemente, no entanto, o contato com o fluxo da conversa encontra resistências, que demandam intervenção para dissolvê-las.

Vejam os exemplos de uma situação de entrevista grupal, realizada num centro de atenção psicossocial (CAPS) da cidade do Rio de Janeiro, pela pesquisa para tradução e adaptação do guia de gestão autônoma da medicação (GGAM), instrumento desenvolvido desde 1999 no Canadá para pacientes com transtornos mentais graves.⁴ Os participantes da entrevista colocavam-se lado a lado para a discussão de questões em torno do tema do uso da medicação psicotrópica, sendo o debate guiado (mas não dirigido) pelo moderador do grupo. Em um dos encon-

tros, uma usuária se queixava insistentemente de ter perdido os seus remédios. A moderadora não conseguia incluí-la na discussão com os demais, porque ela parecia não conseguir ouvir nada. Os outros participantes mostravam-se incomodados com a sua insistência e também não se dispunham a ouvi-la. Eles lhe diziam que, para o seu problema, havia uma única solução: esperar até o dia seguinte. Por sua vez, uma técnica do CAPs, que também participava do grupo, repetia a mesma indicação acerca do que se devia fazer nesses casos: “todos os pacientes sabem que devem conferir os medicamentos quando os recebe”. O grupo expressava que a única forma de resolver o impasse era por meio da exclusão da usuária do grupo. Nesse momento, a atitude da moderadora foi convidar a usuária queixosa a sair da sala para conversar. Após repetir as mesmas frases por alguns instantes, a usuária olha para a moderadora e pergunta: “você acha que eu posso encontrar os remédios em minha casa?”. A moderadora afirma que estará torcendo para que os remédios estejam perdidos na casa da usuária e que ela consiga encontrá-los: “Pela primeira vez ela permitiu que eu terminasse uma frase. Proponho que na semana seguinte ela me conte se encontrou os remédios. Parecendo um pouco aliviada, ela passa a repetir que na semana seguinte me contará o ocorrido”, disse a moderadora.

Nesse caso, o manejo entrevistado não apenas nos automatismos da usuária, que pôde ouvir o que lhe estava sendo dito, mas também no grupo. A própria técnica também experimentou algo inusitado, que ela não havia considerado: sair da sala com a usuária. O manejo do grupo está atento aos pontos de vista cristalizados para guiá-los na direção da dissolução (PASSOS; EIRADO, 2009), visando sempre assegurar a inclusão e o compartilhamento das diferentes falas e ações no/do grupo. Acompanhando os movimentos do grupo, o manejo pode guiar as falas para outras direções, cujo caminho é construído ao caminhar, em vez de simplesmente cortar ou interromper as falas.

Em outro exemplo, um usuário disse que não estava se sentindo bem, pois as vozes estavam lhe atormentando demais. Contou que, pouco antes do grupo, achara que não conseguiria sair do banheiro, tamanho o nervoso que sentia. Destacava que as vozes diziam que ele não era um ser humano, o que o deixava muito confuso. A moderadora assinalou: “imagino o quanto é difícil conviver com as vozes e discernir sobre o conteúdo delas, mas no grupo experimentamos várias situações em que você se coloca como um ser humano. Vamos iniciar a leitura do caderno, pois esta atividade poderá lhe ajudar um pouco”. Ele concordou, mas afirmou que não estava em condições de conduzir a leitura em voz alta, como costuma fazer. Esse relance das questões para o próprio dispositivo grupal é uma estratégia para dissolver falas cristalizadas.

Seja numa entrevista grupal ou individual, o manejo guia em direção à experiência em seu plano coletivo de forças, para ensejar a criação de novas perspectivas. Para isso, é importante que o manejo fabrique parcerias, intercessores (DELEUZE, 1992): “Não consigo me lembrar!” (entrevistado)/ “Tudo bem, se dê tempo, não precisa se esforçar para lembrar...” (entrevistador), “Vamos iniciar a leitura do caderno, pois esta atividade poderá lhe ajudar um pouco” (entrevistador no exemplo acima). O manejo acompanha e guia o movimento da entrevista na medida em que quem maneja volta-se para a experiência ostentada

“na” fala do(s) participante(s), tendo em conta a circularidade intensiva entre expressão e conteúdo. O entrevistador habita o território da entrevista (ALVAREZ; PASSOS, 2009) e o traça juntamente com entrevistado. O entrevistador também é guiado nessa caminhada, pois revê suas expectativas, suas questões, a partir dos interlocutores que encontra. Portanto, a entrevista se configura como uma conversa menos formal, menos montada ou armada, efetivando-se como um passeio,⁵ que segue múltiplos vetores, como o guia de cegos. A construção do *setting* promove, nesse caso, um plano de confiança mútua (ROLNIK, 1994), que permite a entrega e o engajamento na conversa.

Orientados pela epígrafe citada no início do texto, propomos que a entrevista não fomente respostas a questões pré-estabelecidas, mas a movimentação e coletivização das questões investigadas e que envolva criação de novos sentidos e ideias, ao produzir diferenciações, traçando novas linhas de conversa, promovendo agenciamentos com outros coletivos. Vale construir questões, avivando-as com outras vozes, fazê-las proliferar e diferir de si. E, assim, passamos para a terceira diretriz.

3 – A ENTREVISTA BUSCA A PLURALIDADE DE VOZES

Propomos entrevistas que não alimentem binarismos, pelo contrário, como já dissemos, vale aliar o manejo da entrevista a uma conversa definida como agenciamento coletivo de enunciação (DELEUZE; GUATTARI, 1995) ou discurso indireto livre (BAKHTIN, 1992), nos quais a composição entre discursos expõe o plano intensivo, genético da experiência. Interessam os momentos em que as enunciações perdem a nitidez de seus contornos, misturam-se umas às outras num encadeamento misto de falas, na ausência de autorias, identidades especificáveis ou sentidos únicos e prefixados. Visamos acessar o entre falas. Os discursos são compostos a partir dos discursos de outrem, são oportunidades para que as vozes se misturem umas às outras. Nenhuma subjetividade, isoladamente, funciona como origem das falas ou como centro gerador da ideia. A noção bakhtiniana de discurso indireto livre nos serve para explicitar o caráter dialógico da linguagem, ou seja, sua natureza heterogênea decorrente da multiplicidade de dizeres que a compõe (BAKHTIN, 1992). Segundo a pragmática que propomos, todo discurso funciona como discurso indireto livre, definido como aquele que contém, a um só tempo, dois tipos de discursos, o discurso direto, do personagem, e o discurso indireto, do narrador, que, a princípio, apenas existiriam separadamente.⁶ A novidade desse conceito é desrespeitar o binarismo entre discurso direto e discurso indireto para compor-se na polifonia de vozes, promovida pela mistura efetivada entre essas duas modalidades de enunciações. Ele seria formulado pelo narrador, segundo seu ponto de vista, porém, portaria palavras e expressões que só poderiam caber ao personagem. O discurso narrado infiltra-se no discurso do narrador, criando um tipo especial de elo entre as falas no qual interessam não as autorias, mas a indeterminação semiótica e o processo de construção de novos sentidos. Ao levarmos ao limite a noção de discurso indireto livre, falamos da articulação, não apenas de dois, mas de inúmeros discursos cuja interferência recíproca os coloca em relação como diferenças puras, impedindo o tratamento unificador das

tramas de enunciações. No conjunto, cada enunciação interfere sobre as outras, altera o sentido da frase e, assim, é garantido um sentido a mais, até então inexistente. A composição plural de infinitos discursos constrói-se como um coletivo de forças em continuidade com o plano genético da experiência sobre as falas. Como exemplo de agenciamento coletivo de enunciação, o discurso indireto livre comporta potência de criação de sentidos.

Interessa à entrevista na cartografia as interferências recíprocas entre as múltiplas vozes que, ao resistirem à totalização num sentido único, criam dizeres como linhas de devir a serem acompanhadas (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Vejamos alguns exemplos.

Trata-se de uma pesquisa sobre linguagem realizada com trabalhadoras de uma cooperativa para geração de renda.⁷ A cooperativa era voltada à produção de refeições vendidas na forma de “quentinhas”. Em uma das entrevistas grupais, um problema relacionado ao cotidiano do trabalho foi levantado. O impasse dizia respeito a um forte desperdício de alimentos que comprometia os lucros. As cooperadas reconheciam um montante significativo de sobras no dia a dia, na confecção das refeições. Os profissionais de nutrição, que trabalhavam na qualificação profissional dessas mulheres, lembravam constantemente da regra operada pelos restaurantes de jogar no lixo toda sobra de alimento, já que a reutilização pelos funcionários da cozinha poderia resultar num aumento significativo de sobras. Para as cooperadas era impossível jogar fora um alimento que elas consideravam bom para o consumo, devido à sua extrema carência econômica.

Num certo momento da terceira entrevista, em meio à conversa, uma das cooperadas sublinha: “É preciso seguir quem sabe mais!”. Solicita-se a manifestação de cada uma a esta colocação. A frase reverbera por todas e, ao ser repetida, sofre um processo de diferenciação criador no qual cada dizer ao mesmo tempo interfere e sofre interferência dos outros dizeres, acrescentando algo, deformando os sentidos anteriores. Como discurso indireto livre, o fluxo de vozes fez agir a entonação do dizer, o plano da expressão, sobre plano dos conteúdos, iniciando um trabalho de desestabilização do sentido inicial da frase. Primeiro, o sentido assertivo coexiste com o de resignação: “É mesmo isso!... só dá pra seguir os técnicos!”. Nada seria possível senão acatar a regra defendida pelos profissionais. Mais à frente, a circulação das falas acrescenta um sentido a mais, surgindo um tom queixoso: “Pô! essa gente ‘sabida’ nos obriga a cada coisa...”. A tomada de decisão é atribuída a outrem e despotencializa a discussão. Aos poucos, o sentido das falas oscila no intervalo entre lamúria passiva e reclamação. Os sentidos proliferam e multiplicam-se as falas que seguem direções diversas e, aos poucos, passam a exalar certo tom de protesto. Num certo instante, a reclamação já se mostra como um misto de queixa e crítica: “... quero ver, esses técnicos, que diz tudo, ouvir, feito nós, filho com fome!”. A polivocidade do que é dito ou ouvido impera e a relançamos para o grupo com um simples: “Como assim?”. O grupo reage. A queixa/protesto desvia-se numa pergunta, carregada de desconfiança: “É preciso mesmo seguir esses que sabe mais?”. Nesse instante, a necessidade de intervir se mostra supérflua, o manejo deixa de estar centralizado no moderador do grupo, para revelar-se como manejo distribuído no qual se detecta o movimen-

to de autonomização, aferida pela forte interferência criadora entre as vozes.⁸ O burburinho propaga-se, ostentado entre pergunta, descrença e protesto. Detecta-se neste hibridismo, o germe de importante transformação, na medida em que o discurso não mais trazia exclusivamente desesperança, não era mais resignação impotente de minutos atrás e nem era só reclamação paralisante. Ele convocava também à dúvida, ou seja, impelia a duvidar sobre quem saberia mais. A legitimidade da proposta inicial de aceitar a regra estabelecida por profissionais foi interrogada e, logo em seguida, uma enunciação seleciona apenas uma parte da colocação inicial e, assim, impõe a emergência de um novo sentido: “Mas quem sabe mais?”. A pergunta faz a discussão avançar: “Quem põe pra frente a cooperativa n’ê também que sabe mais dela?”. Essa fala gera inúmeras propostas para solução do impasse. Chega-se a uma decisão coletiva: as sobras não seriam jogadas no lixo, poderiam ser consumidas, porém, haveria controle do desperdício: no dia a dia as sobras seriam pesadas e seu montante discutido em cada assembleia semanal. Ou seja, no conjunto de interferências, resultado do agenciamento coletivo de enunciação um novo sentido foi gerado, uma nova norma de regulação foi construída pelo coletivo, assentando que o controle das sobras seria respeitado, porém não mais por meio do “desperdício de comida no lixo”.

Vale comentar dois aspectos do manejo, exercitado no acompanhamento do grupo. Um deles diz dos graus de abertura dos discursos. Como não estávamos tratando da combinação ou recombinação das respostas individuais já formuladas e sim de processos de criação, conseqüentemente, a discussão e, portanto, as falas, precisavam acontecer sem estarem circunscritas rigidamente aos limites dos temas. Nos estudos sobre atenção, nos quais são trabalhadas noções de concentração e focalização, é evidenciado que no processo de criação, interessa não a atenção focada num ponto. Os efeitos de desestabilização e de desvio que buscamos exigem processos de encontro entre diversos, choques, *breakdowns*, desestabilizações de crenças, de sentidos familiares (KASTRUP, 2004). São processos que se realizam bem mais nas margens do que no foco da experiência e cuja pertinência nem sempre é evidente, indicando que os discursos precisam circular mais livremente. Eles perseguem rotas distantes dos eixos da representação, movidos por forças, “pensamentos fora de lugar, percepções sem finalidade, reminiscências vagas, objetos desfocados e ideias fluidas” (KASTRUP, 2004, p. 4). Os graus de abertura da discussão devem ser intensificados para que o processo siga os rumos da criação. Cabe ao moderador assegurar o acolhimento das falas sem desestimular as que aparentemente indicam desvios ou incongruência em relação ao tema. Importa acatar as ideias fluidas, sem delimitações claras, como efeitos dos momentos críticos, provocações de sentidos sempre presentes, mas frequentemente imperceptíveis. O moderador realiza intervenções, na forma de comentários e relances para apontar, fazer escutar, a desestabilização de sentidos que alimentam a processualidade da experiência.

A segunda sugestão de manejo aponta para duas tendências presentes na conversa e que devem ocupar a atenção do moderador: a conformidade entre as falas, ou seja, a busca de síntese harmônica em consensos fáceis, e as polarizações extremas. A finalidade não é direcionar a atenção dos participantes a uma

temática geral partilhada, pois a afirmação de um objetivo comum não faz superar o individualismo subjetivista. Ao mesmo tempo, apontamos que não é na busca do consenso em torno de um problema que situamos o manejo. A experiência como processualidade se expressa nas variações, nas rupturas instauradoras de novas configurações. Tais modulações vão depender de desvios produzidos na continuidade da discussão. E, como vimos, é o dissenso que promove as quebras de sentido e a emergência de novas direções. No entanto, é preciso cuidar para que as divergências não sejam experimentadas como litígio a ser combatido, instalando enfrentamentos entre as posições discordantes. Logo, vale fortalecer parcerias, desmontar dicotomias hierarquizadoras (TEDESCO, 2010). Esses instantes de incongruência precisam receber atenção do moderador a fim de que sejam acessados e relançados ao grupo para que reverberem e produzam, no atrito, o contágio das falas orientadas em novas direções. É no encontro de heterogêneos que emerge a efetiva dimensão do trabalho em grupo.

O que importa no coletivo das falas é a ativação do plano comum, que é distinto do somatório de indivíduos, de um conjunto de relações interpessoais. Experimentar o coletivo é aceder ao plano do impessoal, das diferenças coexistentes. Envolve um plano que só é comum justamente porque atravessa a todos, mas não é de ninguém. É comum por estar além e aquém da dimensão pessoal, da dimensão das individualidades. No encontro entre diferenças irreduzíveis o coletivo se realiza. Neste exemplo da cooperativa, percebemos que o processo de diferenciação revelou-se no procedimento de reversão das linhas discursivas tendenciais, pela transversalização com outras vozes, com linhas discursivas minoritárias.

Também no grupo GAM o manejo buscava promover a coletivização da experiência de uso da medicação sem homogeneizá-la (SADE et al., no prelo). Essa experiência do plano comum foi definida na pesquisa GAM como grupalidade e manifestava-se no esforço dos participantes para ajudar a criar novos sentidos para uma questão, por meio da pluralidade de vozes da experiência compartilhada do dizer. Um usuário diz que toma o remédio para tentar controlar as vozes, mas que esse efeito não ocorre. Em seguida, ele pede para fazer uma pergunta: “O que produz essas vozes que me acusam de ser o Guilherme de Pádua?”. A moderadora relança a questão para o grupo, interrogando se todos não poderiam conversar mais sobre a pergunta: “imagino que a causa das vozes seja a solidão”, “acho que os aborrecimentos deixam a pessoa nervosa”, “a família perturba muito, é impossível ter sossego em casa”. A moderadora assinala que os colegas estavam mostrando como são variados os motivos que provocam os problemas e também que cada um de nós tem a sua história e suas questões: “Não seria possível encontrarmos uma causa única para as vozes que você ouviu” (moderadora). O usuário consente com a cabeça, mas demonstra não ter ficado satisfeito, explicando que precisa de uma resposta para isso.

A ampliação da grupalidade no/do grupo se exprime por meio de relances cruzados, que ocorrem quando os próprios participantes acolhem as falas uns dos outros e lhes dão encaminhamentos. O manejo, inicialmente localizado na figura do moderador do grupo, vai-se descentralizando, o que também vimos ocorrer no grupo da cooperativa. Sua gestão passa a ser compartilhada na medida em que é

definida no acompanhamento de um processo, guiada pela experiência comum. O manejo é assim denominado cogestivo (MELO et al., no prelo). As vozes dos próprios participantes, a partir da grupalidade, vão conduzindo o grupo. Se o manejo se distribui é em função de um processo de autonomização grupal. A distribuição do manejo se faz ao longo da entrevista, é um processo que depende do aumento dos graus de transversalidade do grupo para a grupalidade. Essa distribuição é um índice de sucesso do próprio manejo.

O acesso a essa experiência comum e impessoal também é o objetivo do manejo numa entrevista individual. Na pesquisa sobre as falsas lembranças citada anteriormente temos exemplos de relatos que expressam essa polifonia da experiência. “Acho que tinha uma pessoa de saia... de saia indiana, não tinha isso?” (entrevistado)/ “como é que era essa saia?” (entrevistador)/ “eu não sei como é que era não, agora que tá me vindo azul eee, sei lá, com poucos detalhes, mas pode ser qualquer cor, só lembro que tinha alguém vestido de saia grande (risos)/ saia longa (baixando o tom de voz)... pode ser... sei lá laranja, azul (voz baixinha)... agora tá me vindo o azul, sei lá coisa engraçada (risos)! Eu nunca fui a um psicólogo” (entrevistado). Esse expõe a duplicidade do discurso na fala do entrevistado: “laranja”, “agora tá me vindo azul”. Uma fala afeta a outra, produzindo uma indiscernibilidade de vozes que se distinguem mas não se separam, ostentando a alteridade presente no interior da experiência de si. O entrevistado entra em contato com uma dimensão não pessoal da experiência, na qual o eu não é o centro organizador. O “tá vindo...” é expressivo de uma experiência que fala no sujeito, através dele, mas que o sujeito não sente como sendo sua propriedade (PETITMENGIN, 2006; 2007). O entrevistado se dá conta dessa “outra” experiência nele, que normalmente é acompanhada de estranhamento: “coisa engraçada! Eu nunca fui a um psicólogo”. Nessa pesquisa, assim como nas demais citadas acima, a exploração da experiência na/da entrevista era inseparável de sua abertura às possibilidades de transformação.

Vemos, portanto, nos exemplos da cooperativa, do grupo GAM, assim como da pesquisa sobre as falsas lembranças, que o manejo não operou em direção à coleta de respostas individualizadas, mas sim para a abertura à experiência polifônica do processo do dizer, à invenção de novos sentidos, inflexão fundamental do manejo cartográfico da entrevista.

CONCLUINDO

Acompanhar a experiência do dizer, considerando e alimentando a circularidade intensiva entre os planos do conteúdo e da expressão, eis o desafio colocado ao manejo cartográfico da entrevista, eis o que buscamos na pesquisa dos processos que faz uso de entrevistas, sejam elas grupais ou individuais. Pensamos na entrevista como experiência compartilhada do dizer que, como vimos, em sua performatividade cria mundo, sempre. E é ao assumir esse caráter performativo da fala na entrevista que se torna fundamental pensar sobre que direção queremos seguir, que realidades queremos criar e potencializar em nossas pesquisas e como fazê-lo. O manejo cartográfico visa a, portanto, por meio do redirecionamento

ininterrupto das falas, de relances, perguntas e comentários, alimentar e privilegiar a vivacidade da linguagem. A entrevista deve intervir na abertura ao caráter intensivo da experiência do processo do dizer em curso, resistindo aos discursos unificadores e totalizantes. Ao fazer uso de entrevistas, interessa à cartografia promover o acesso ao plano coletivo de forças e sua indeterminação, a pluralidade de vozes na experiência compartilhada do dizer.

Afirmamos com Deleuze e Parnet (1998), que a entrevista poderia ser simplesmente o traçado de um devir. Vimos também que traçar um devir não é “tarefa simples”, exigindo de nós uma experimentação atenta e cuidadosa. Neste texto, traçamos algumas diretrizes, compartilhamos experiências que têm nos auxiliado em nossas práticas de pesquisa, engendramos procedimentos para serem usados, transformados, adaptados. Sabemos, no entanto, que muitas questões relevantes, no que diz respeito ao uso de entrevistas na pesquisa cartográfica, não foram aqui trabalhadas e merecem ser desenvolvidas em outro momento.

Uma delas diz respeito à escolha do uso da entrevista na pesquisa dos processos. Por que a entrevista e não outro dispositivo de pesquisa? A entrevista, por lidar diretamente com a experiência do dizer e por seu caráter performativo, seria um dispositivo privilegiado para acompanhar e acessar a experiência? Quando não há conversa/entrevista não há intervenção compartilhada?

Outra questão diz respeito ao *setting* no qual a entrevista ocorre. Ao longo dos encontros no campo de pesquisa, no café, no corredor, mesmo não pretendendo “fazer uma entrevista”, conversamos com as pessoas. Quando começa a entrevista? Já não estaríamos entrevistando? Ao fazer o convite por telefone para uma conversa posterior, já não teríamos iniciado a entrevista e o acesso à experiência compartilhada do dizer? Na atualidade, deparamo-nos ainda com ferramentas como *Skype*, *Facebook* e internet de forma geral, que possibilitam o contato não presencial com o outro. É possível entrevistar por *Skype*? Em que medida e como a experiência do dizer em curso é transformada e interferida pela tecnologia utilizada? Como considerar essa especificidade?

Além de interrogarmos sobre o início de uma entrevista, também indagamos sobre seu término. Quando termina uma entrevista? Quase sempre gravamos e transcrevemos a conversa realizada, anotamos impressões durante a entrevista, que depois serão compartilhadas com o grupo de pesquisa. A experiência de ouvir a entrevista ou ler coletivamente a transcrição interfere tanto na reconfiguração do problema de pesquisa quanto no grupo que passa a ter acesso à experiência compartilhada do dizer. Estaríamos, com isso, ampliando os limites temporais e espaciais da situação de entrevista?

Importa, ainda, interrogar sobre os desdobramentos da entrevista na escrita. Como narrar uma entrevista? Como e o quê deve ser transcrito? Como construir uma narrativa cuja expressão porte a experiência da entrevista e também a experiência da análise compartilhada com o grupo de pesquisa? Estas e outras tantas questões apontam para a importância de continuarmos atentos, experimentando e criando possibilidades de acessar e acompanhar o que visamos: o coletivo de forças como plano da experiência cartográfica.

NOTAS

- ¹ Pierre Vermersch (2000) é o formulador de uma proposta de entrevista, chamada entrevista de explicitação, que traz contribuições para a cartografia. O objetivo da entrevista de explicitação é descrever em detalhes uma ação realizada, não em sua dimensão prescritiva de normas e regras, mas em seu aspecto procedural, não “o que eu fiz”, mas o “como eu fiz”. Esse saber-fazer, contudo, não é facilmente verbalizável e seu acesso requer um mergulho na experiência. Nesse sentido, a entrevista de explicitação nos interessa, pois ela apresenta instrumentos que servem à investigação de processos e atos, mais do que de objetos dados.
- ² O protocolo era baseado no modelo proposto por Belli (1989) e consistia em três etapas. Na primeira, os participantes assistiam uma apresentação de *slides*, cujas imagens contavam a história de um encontro entre amigos num apartamento. Em seguida, eles resolviam problemas lógicos (tarefa distratora). Na segunda etapa, era apresentada a mesma história numa narrativa, onde alguns elementos desta estavam trocados. Havia, por exemplo, um relógio na parede que marcava nove horas, mas na narrativa constava que eram três horas. Novamente os participantes resolviam problemas lógicos. Então, eles respondiam a um questionário acerca do que tinham visto nos *slides*. O objetivo do protocolo experimental era produzir falsas lembranças, que seriam detectadas no questionário.
- ³ É nesse sentido a crítica de Renault, Passos e Eirado (no prelo) à entrevista de explicitação. Segundo os autores, na entrevista de explicitação há o pressuposto da existência de uma realidade vivida que é independente da experiência mesma da entrevista, chamado vivido de referência. Refere-se a uma ação realizada. Esse vivido é referência para a condução dos relances do entrevistador. A entrevista, portanto, teria um alvo previamente definido (o vivido de referência) para ser explicitado.
- ⁴ Trata-se da pesquisa “Autonomia e direitos humanos na perspectiva em primeira pessoa de técnicos e usuários em serviços de saúde mental: a experiência da Gestão Autônoma da Medicação (GAM)”, articulada com o projeto multicêntrico UNICAMP-UFF-UFRJ-UFRGS “Pesquisa avaliativa de saúde mental: instrumentos para a qualificação da utilização de psicofármacos e formação de recursos humanos”. O dispositivo grupal GAM objetivava a experimentação do GGAM, o compartilhamento da experiência dos efeitos desejáveis e indesejáveis no uso de psicofármacos e posterior adaptação do guia. As conversas no/do grupo foram conduzidas a partir da leitura do GGAM e, nesse processo, foi sendo construída a sua adaptação para a realidade brasileira. O grupo GAM é um dispositivo que utiliza a leitura e discussão do GGAM para fomentar a autonomia e protagonismo dos usuários de psicofármacos no seu tratamento, ponto importante da reforma psiquiátrica brasileira (ONOCKO CAMPOS et al., 2012).
- ⁵ A ideia de passeio compartilhado, sem direções estabelecidas a priori e nem decididas por algum dos participantes, pode ser encontrada nas técnicas de acompanhamento terapêutico. Para maior detalhamento ver Araújo (2007).
- ⁶ O discurso direto caracteriza-se pelo relato da enunciação de alguém em que a forma original é mantida, isto é, a fala de outrem é repetida sem qualquer mudança. Já o discurso indireto, ocorre quando o que é dito por alguém é reproduzido segundo o ponto de vista do narrador. A forma pronominal é a da terceira pessoa e o uso de termos de ligação é obrigatório. Neste caso, a enunciação é atribuída ao narrador que relata a fala do outro, com suas próprias palavras e expressões. O discurso direto e o discurso indireto permitem a identificação da autoria da fala, seja no narrador, seja no narrado. Diferentemente, o discurso indireto livre expõe-se como composição híbrida dessas duas modalidades de discurso.
- ⁷ O relato mais amplo desta pesquisa foi apresentado em trabalho anterior. Para maior detalhamento, ver Tedesco (2010).
- ⁸ Normalmente as entrevistas grupais possuem a figura do moderador como responsável pela condução. A questão do manejo da entrevista em grupo será melhor apresentada à seguir.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 131-149.
- ARAÚJO, F. *Um passeio esquizo pelo acompanhamento terapêutico dos especialismos à política da amizade*. Rio de Janeiro: Araújo F., 2007.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Lisboa: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1992.
- BELLI, R. Influences of misleading postevents information: misinformation interference and acceptance. *Journal of Experimental Psychology: General*, [S.l.], v. 118, n. 1, p. 72-85, 1989.
- BRITTEN, N. Entrevistas qualitativas. In: POPE, C; MAYS, N. *Pesquisa qualitativa na atenção à saúde*. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 23-31.
- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 2.
- DEPRETO, C. *L'heritage de Bakhtin*. Bordeaux: Press Universitaires de Bordeaux, 1997.
- DUCROT, O. Pressuposição e alusão. In: _____. *Linguagem enunciação*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. p. 394 – 417. Enciclopédia Einaudi, v. 2,
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- EIRADO, A. et al. Estratégias de pesquisa no estudo da cognição: o caso das falsas lembranças. *Psicologia e Sociedade*, [S.l.], v. 22, p. 84-94, 2010.
- ESCÓSSIA, L.; TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano da experiência cartográfica. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 92-108.

FONTANELLA, B. J. B.; CAMPOS, C. J. G.; TURATO, E. R. Coleta de dados na pesquisa clínico-qualitativa: uso de entrevistas não-dirigidas de questões abertas por profissionais da saúde. *Revista Latino Americana de Enfermagem*, [S.l.], v. 14, n. 5, p. 812-820, set./out., 2006.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paideia*, [S.l.], v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

KASTRUP, V. A aprendizagem da atenção na cognição inventiva. *Psicologia & Sociedade*, [S.l.], v. 16, n. 3, p. 7-16, 2004.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 64-89.

GOBART, H. *L'aliénation linguistique*. Paris: Flammarion, 1976.

LOFTUS, E; HOFFMAN, H. G. Misinformation and memory: the creation of new memories. *Journal of Experimental Psychology: General*, [S.l.], v. 118, n. 1, p. 100-104, 1989.

MELO, J. et al. Acesso e compartilhamento da experiência na gestão autônoma da medicação: o manejo cogestivo. *Cadernos Humaniza SUS*. No prelo.

ONOCKO CAMPOS, R. T. et al. Adaptação multicêntrica de um Guia para a Gestão Autônoma da medicação. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, [S.l.], v. 16, n. 43, p. 967-980, out./dez. 2012.

PASSOS, E.; BENEVIDES DE BARROS, R. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-31.

PASSOS, E.; EIRADO, A. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 109-130.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PETITMENGIN, C. Describing one's subjective experience in the second person: interview method for the science of consciousness. *Phenom Cogn Sci*, [S.l.], v. 5, p. 229-269, 2006.

PETITMENGIN, C. Towards the source of thoughts: the gestural and transmodal dimension of lived experience. *Journal of Consciousness Studies*, [S.l.], v. 14, n. 3, p. 54-82, 2007.

POZZANA, L.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 52-75.

RENAULT, L.; PASSOS, E.; EIRADO, A. Da entrevista de explicitação à entrevista na pesquisa cartográfica. In: AMADOR, F. S.; BARROS, M. E. B.; FONSECA, T. M. G. (Org.). *Clínicas do trabalho e paradigma estético*. Rio Grande do Sul: UFRGS. No prelo.

ROLNIK, S. *Hall Hartley e a ética da confiança*, 1994. Disponível em: <<http://www.caosmose.net/suelyrolnik/pdf/hartfra2.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

ROVINSKI, S. L. R.; STEIN, L. M. O uso da entrevista investigativa no contexto da psicologia forense. In: ROVINSKI, S. L. R.; CRUZ, R. M. (Org.). *Psicologia Jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção*. São Paulo: Vetor, 2009. p. 67-74.

SADE, C. et al. O uso da entrevista na pesquisa-intervenção participativa em saúde mental: o dispositivo GAM como entrevista coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*. No prelo.

SCHACTER, D. *Os sete pecados da memória: como a mente esquece e lembra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

TEDESCO, S. Hospitalité: une politique du dire. *Chimères*, Paris, v. 64, p. 51-167, 2007.

TEDESCO, S. Estilismo de si: ato de fala e criação In: KASTRUP, V.; TEDESCO, S.; PASSOS, E. (Org.). *Políticas da cognição*, Porto Alegre: Sulinas, 2008. p. 177-196.

TEDESCO, S. Modos de resistência nas redes linguísticas. In: LIMA, E. A.; NETO, J. L.; ARAGON, L. E. (Org.). *Subjetividade contemporânea: desafios teóricos e metodológicos*. Curitiba: CRV, 2010. p. 161-171.

RECANATI, F. *La transparence et l'énonciation*. Paris: Seuil, 1979.

VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. *A mente incorporada: ciências cognitivas e experiência humana*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VERMERSCH, P. *L'entretien d'explicitation*. Issy-les-moulineaux: ESF, 2000.

Recebido em: 05 de maio de 2013

Aceito em: 10 de julho de 2013